

## **Editais do Prêmio FGV Direito Rio - Melhores Práticas em Regulação**

O DIRETOR DA FGV DIREITO RIO, no uso das suas atribuições regimentais, RESOLVE

Publicar o edital de seleção dos projetos para o Prêmio FGV Direito Rio – Melhores Práticas em Regulação, nos seguintes termos:

### **Capítulo I – Do Prêmio e suas finalidades**

Art. 1º. O “Prêmio FGV Direito Rio – Melhores Práticas em Regulação” tem como objetivo reconhecer e dar destaque às melhores práticas de regulação adotadas por agências reguladoras no Brasil, premiando iniciativas inovadoras em matérias como transparência, governança, participação, gestão e proteção aos direitos dos consumidores ou usuários.

Art. 2º. São objetivos do Prêmio:

I – colocar em evidência práticas regulatórias implementadas que resultem em aprimoramento de transparência, participação, governança, gestão, segurança jurídica, meios de solução alternativa de conflitos e proteção aos direitos dos consumidores ou usuários; e

II – contribuir para o avanço do Direito da Regulação no Brasil.

### **Capítulo II – Dos temas e das categorias para inscrição**

Art. 3º. O tema dos projetos deverá guardar aderência aos objetivos mencionados no art. 2º, devendo a prática regulatória ter sido efetivamente implementada no âmbito de uma ou mais agências reguladoras.

§1º Podem concorrer ao prêmio iniciativas desenvolvidas por agentes públicos lotados nas agências reguladoras, servidores ou não, de forma individual ou em parceria com outros órgãos ou entidades da Administração Pública, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunais de Contas, Defensorias Públicas, instituições de ensino, de fomento ou do terceiro setor.

§2º São elegíveis ao prêmio iniciativas promovidas no âmbito de agências reguladoras apenas, entendidas, para esse fim, como autarquias em regime especial federais, estaduais, municipais ou associações públicas que contenham, ao menos, as seguintes características:

I - Diretoria Colegiada;

II – mandato fixo dos Diretores, vedada a exoneração imotivada;

III - poder normativo, fiscalizatório e sancionador; e

IV – autonomia financeira.

§3º Caberá às agências reguladoras estaduais e municipais, no ato de inscrição, fazer juntar a lei de criação que comprove o atendimento às características do §2º.

§4º Não poderão se inscrever iniciativas resultantes de Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) financiados por agentes regulados com base em recursos financeiros destinados por lei.

Art. 4º. O Prêmio será concedido em categoria única, na qual serão considerados todos os projetos inscritos que atendam aos seguintes critérios:

I – estar implementado até a data de início do período de inscrição, ou ter sido concluído até 1 (um) ano antes dessa data; e

II - apresentar e comprovar resultados por meio de mensuração.

### **Capítulo III – Do prazo, da forma e das inscrições**

Art. 5º. As inscrições serão realizadas exclusivamente pelo site do Prêmio, <http://diretorio.fgv.br/premio-regulacao>, no formato da ficha eletrônica disponibilizada, entre os dias 01 de julho e 31 de agosto de 2019.

Art. 6º. No ato de inscrição, os participantes deverão enviar, em campo disponibilizado no site referido no artigo anterior, um documento de até 20 (vinte) páginas contendo as causas que levaram à adoção das medidas compreendidas no projeto, uma descrição de todas as etapas de implementação e dos resultados observados.

§1º Serão admitidos somente os documentos enviados em formato PDF e configurados de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

§2º Além do arquivo a que se refere o *caput*, poderão ser anexadas imagens, peças gráficas (tabelas, gráficos etc.) e bases de dados que comprovem a iniciativa realizada e os resultados obtidos.

Art. 7º. É vedada a inscrição de cônjuges e familiares dos membros da Comissão Julgadora, bem como de alunos, funcionários e colaboradores de qualquer unidade da Fundação Getulio Vargas.

Parágrafo único. É vedado o contato direto com qualquer membro da Comissão Julgadora com relação ao objeto deste Edital, sob pena de desclassificação.

#### **Capítulo IV – Da avaliação, do julgamento das práticas e da premiação**

Art. 8º. Os projetos inscritos serão avaliados conforme os seguintes critérios:

- I – inovação;
- II – transparência;
- III – efetividade de mecanismos de participação;
- IV – desburocratização e redução de custos regulatórios;
- V – incremento da segurança jurídica;
- VI – benefícios para consumidores ou usuários das atividades reguladas pela agência reguladora;
- VII – mensuração objetiva dos resultados; e
- VIII - contribuição para o Direito da Regulação.

Art. 9º. A Comissão Julgadora será composta por 5 (cinco) acadêmicos ou profissionais com notória especialização em regulação e será nomeada pelo Diretor da FGV Direito Rio.

Art. 10. O vencedor receberá os seguintes prêmios:

- I – certificado de vencedor;
- II – participação em cerimônia de premiação realizada pela FGV Direito Rio, incluídas as passagens aéreas de ida e volta para até 2 (dois) representantes do projeto premiado; e
- III – apresentação da iniciativa no Congresso Anual de Regulação.

Parágrafo único. A Comissão Julgadora poderá conceder menções honrosas.

Art. 11. Os vencedores de cada categoria serão anunciados até o dia 15 de setembro de 2019 no site do Prêmio.

Parágrafo único. A Comissão Julgadora será soberana em seu julgamento, não cabendo recurso de suas decisões.

## **Capítulo V – Das Disposições Finais**

Art 12. Os autores dos projetos que concorrerem ao Prêmio concordam automaticamente em ceder os respectivos direitos autorais materiais do documento mencionado no art. 6º deste Edital e eventuais anexos, na íntegra e de modo não oneroso, à Fundação Getulio Vargas, bem como permitir a sua divulgação e reprodução por qualquer meio.

Art. 13. O esclarecimento de dúvidas com relação a este Edital poderá ser requerido pelo e-mail [premio.regulacao.direitorio@fgv.br](mailto:premio.regulacao.direitorio@fgv.br), sendo certo que a FGV Direito Rio divulgará as perguntas e respostas em seu sítio eletrônico na internet para conhecimento de todos.

Rio de Janeiro, 01 de julho de 2019

Sergio Guerra  
Diretor, FGV Direito Rio